

AINDA MAIS ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE FORMA LÓGICA: NOTAS SOBRE UMA DOCTRINA RECEBIDA

SOME FURTHER REMARKS ON LOGICAL FORM: NOTES ON A RECEIVED DOCTRINE

Sérgio Schultz¹

<https://orcid.org/0000-0001-9116-3128>

Resumo: Em Filosofia Analítica, há uma “doutrina recebida” sobre forma lógica e gramática que diz que é um exemplo paradigmático do caráter enganador da linguagem que, guiada pela gramática, a lógica tradicional confundiu sujeito gramatical e sujeito lógico e interpretado frases quantificacionais como expressões denotativas. A doutrina foi exposta e criticada por Alex Oliver em *A few more remarks on logical form* (1999). Neste artigo vou além da crítica de Oliver, buscando um melhor entendimento da relação entre lógica/filosofia e linguagem. De início, apresento a doutrina recebida, salientando suas conexões com a teoria das descrições definidas de Russell. A seguir, mostro como ela se baseia em uma versão da lógica tradicional que não se encontra em lugar algum na tradição. Então, argumento que, ainda que de forma diferente do que supõe a doutrina recebida, as distinções lógica e gramatical de sujeito-predicado de fato se confundiam na tradição lógica. Por fim, retornando à ideia do caráter enganoso da linguagem, apresento um entendimento alternativo que se encontra em Frege, e que se mostra muito mais profundo e sofisticado do que aquele originado em Russell.

Palavras-chave: forma lógica. Sujeito-predicado. Lógica tradicional. Frege. Russell.

Abstract: In Analytic Philosophy, there is a "received doctrine" on logical form and grammar which says that it is a paradigmatic example of the deceptive character of language that, guided by grammar, traditional logic has confused grammatical subject and logical subject and interpreted quantificational sentences as denotative expressions. This doctrine was exposed and criticized by Alex Oliver in *A few more remarks on logical form* (1999). In this article I go beyond Oliver's critique, seeking a better understanding of the relationship between logic/philosophy and language. At first, I present the received doctrine, highlighting its connections with Russell's theory of definite descriptions. Next, I show how it is based on a version of traditional logic that is nowhere to be found in the tradition. Then I argue that, although in a different way than the received doctrine supposes, the logical and grammatical distinctions of subject-predicate were in fact confused in the logical tradition. Finally, returning to the idea of the deceptive nature of language, I present an alternative understanding found in Frege, which is much deeper and more sophisticated than the one that originated with Russell.

Key-words: logical form. Subject-predicate. Traditional logic. Frege; Russell.

¹ Doutor pela PUC-Rio. Professor adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA/Sobral, Ceará. Email: sergio_schultz@uvanet.br.

Enganada pela gramática da linguagem comum, a lógica tradicional interpretou sentenças universais e particulares como predicções, nos moldes de sentenças singulares, tomando o sujeito de sentenças como “ninguém é sábio” e “algum homem é sábio” como sendo as expressões “ninguém” e “algum homem”. Deste modo, caiu-se em posições semânticas e metafísicas insustentáveis, como seria ilustrado pela teoria de objetos de Meinong. Este é o exemplo paradigmático de como a confiança ingênua na linguagem comum e em sua gramática nos leva a erros em lógica e filosofia. E Meinong é o exemplo paradigmático de filósofo enganado pela linguagem comum. O que acabei de descrever resumidamente é o que Oliver (1999) chama de “doutrina recebida”: uma história sobre forma lógica e gramática frequentemente contada para ilustrar tanto os erros da lógica tradicional quanto os perigos de se confiar na linguagem e na gramática, e que se constitui em um verdadeiro lugar-comum em Filosofia Analítica. Como Oliver já mostrou, trata-se de uma história fantasiosa. Mas por trás desta fantasia se esconde um fundo de verdade que vale examinar com mais cuidado.

O objetivo deste artigo é desenvolver e aprofundar as críticas contra a doutrina recebida para alcançar, a partir disto, um novo entendimento do caráter enganador da linguagem. Para tanto, o artigo se divide em quatro seções. Na primeira, explico em que consiste a doutrina recebida, salientando a sua origem na teoria das descrições definidas de Russell. Na segunda seção, aprofundo as críticas formuladas por Oliver quanto aos aspectos lógicos da doutrina. Em especial, mostro como ela pressupõe uma versão fantasiosa da análise sujeito-predicado, uma que não se encontra de forma alguma na tradição lógica. A seguir, analiso as definições lógicas e gramaticais de sujeito e predicado comuns na gramática e na lógica do século XIX. Esta análise revela o fundo de verdade da doutrina recebida: a tradição de fato acabou confundindo noções lógicas e gramaticais de sujeito e predicado, ainda que de maneira muito distinta daquela descrita naquela doutrina. Por fim, argumento que, partindo de Frege, alcançamos um entendimento mais profundo e amplo do caráter enganador da linguagem e da relação entre forma lógica e gramática.

1. A doutrina recebida

Há uma doutrina sobre forma lógica e gramática assumida, com algumas variações, dentro da filosofia analítica.² Ela é chamada por Oliver (1999) de “doutrina recebida” e é descrita da seguinte maneira:

Substituir, em uma sentença qualquer, uma frase quantificada por um nome, e vice-versa, preserva gramaticalidade. No jargão, frases quantificadas e nomes são intersubstituíveis *salva congruitate*. Com base nisto, a gramática tradicional os coloca na mesma categoria de *frase nominal* ou *sujeito*. Os lógicos tradicionais foram enganados pela gramática tradicional. Uma vez que nomes eram o ponto fixo, frases quantificadas foram assimiladas a eles e, assim, começou a procura por curiosos objetos nomeados por “ninguém” e “todos”. (E devemos acrescentar algumas palavras rudes acerca de Meinong). Aqui, então, temos o caso paradigmático da forma gramatical nos enganando quanto à forma lógica. (1999, p. 250)³

Começamos com teses sobre a gramática. A primeira diz respeito à noção de categoria gramatical. Se duas expressões podem ser substituídas, em todos os contextos, preservando a gramaticalidade da expressão resultante (isto é, *salva congruitate*), então pertencem à mesma categoria gramatical. Além disso, nomes e frases quantificacionais seriam intersubstituíveis da maneira descrita.⁴ Consideremos a sentença (1) abaixo:

(1) Sócrates é sábio

Ao substituir o nome “Sócrates” por expressões como “todo homem”, “algum homem” e “ninguém”, o resultado serão sentenças também gramaticalmente corretas:

(2) Todo homem é sábio

(3) Algum homem é sábio

(4) Nenhum homem é sábio

E a substituição poderia ser feita também no sentido contrário, indo de (2)-(4) para (1). Deste modo, nomes poderiam ser substituídos em todas as suas ocorrências por frases quantificacionais, e vice-versa, preservando o caráter gramatical do contexto. Como consequência, a gramática tradicional classificaria as duas classes de expressões sob a mesma categoria de sujeito ou frase nominal.

² Oliver (1999) apresenta uma lista longa, mas ainda não exaustiva, de lógicos e filósofos que esposam esta doutrina ou partes dela. As referências dadas por ele neste contexto incluem Russell (1905 e também, por exemplo, 1919, p. 168), Quine (1950, p. 84), Chomsky (1965, pp. 63-64), Geach (1968, pp. 15-16), Davidson (1970, p. 138), Lewis (1970, p. 218), Dummett (1973, p. 20), Thomason (1974, p. 59) e Bell (1979, p. 36).

³ Replacing a quantifier phrase by a name, or vice versa, in any sentence preserves grammaticality. In the jargon, quantifier phrases and names are intersubstitutable *salva congruitate*. On this basis, traditional grammar places them in the same grammatical category of *noun phrase* or *subject*. Traditional logicians were misled by traditional grammar. Since names were the fixed point, quantifier phrases were assimilated to them and so the search was on for curious objects named by ‘nobody’ and ‘everyone’. (And we should put some rude words about Meinong.) Here, then, we have the paradigmatic case of grammatical form misleading as to logical form.

⁴ Por “frase quantificacional” nos referimos a expressões como “todos(as)”, “ninguém”, “alguém”, “toda pessoa”, “nenhum filósofo”, “alguma classe”, etc.

Além das teses gramaticais, a doutrina recebida envolve uma tese sobre a lógica tradicional: guiada pela gramática, a tradição teria confundido sujeito lógico e sujeito gramatical. Toda sentença diria algo acerca de algo, e uma sentença como (1) falaria acerca do objeto nomeado por “Sócrates”. Haveria uma coincidência entre sujeito gramatical e lógico. Tomando o caso da sentença singular como básico, e dado que nomes e frases quantificacionais pertenceriam à mesma categoria gramatical, a lógica tradicional teria identificado o sujeito lógico de sentenças quantificadas como sendo as frases quantificacionais. O resultado é que sentenças quantificadas eram incorporadas ao esquema sujeito-cópula-predicado das sentenças singulares.

A partir disto, a doutrina recebida concluiria formulando uma crítica à lógica tradicional. A tradição teria assumido que (2) - (4) teriam a mesma forma lógica de (1), elas seriam predicções e, como tais, diriam algo acerca do objeto denotado por seu sujeito. E bem como (1) fala sobre Sócrates, a tradição defenderia que (2) fala sobre todo homem, (3) falaria sobre algum homem e (4), sobre nenhum homem. Agora, enquanto a expressão “todo homem” ainda poderia ser entendida como se referindo a todos e cada um dos homens, seria absurdo supor que “algum homem” e “nenhum homem” denotem um objeto. E, por fim, se acrescenta muitas vezes algum comentário sobre Meinong, que seria o exemplo paradigmático de lógico a ter cometido o erro de atribuir um objeto onde quer que tenhamos um sujeito gramatical.

Um exemplo desta crítica é Lewis (1970, p. 215), que fala de uma “idade das trevas da lógica”, quando uma frase como “algum homem” era entendida como nomeando um homem existencialmente genérico, com exatamente aquelas propriedades que algum homem teria. Uma expressão como “todo homem”, por sua vez, nomearia um homem universalmente genérico, com aquelas propriedades que todo homem teria. E “ninguém” ou “nenhum homem” nomearia um homem negativamente genérico, com todas aquelas propriedades que nenhum homem teria.

Uma versão menos maldosa se encontra em Tugendhat e Wolf (1983, p. 73), que considera a opção de que os sujeitos de sentenças quantificadas denotariam classes. Daí, (2) diria algo acerca da classe de todos os homens. O problema é que não pretendemos dizer com esta sentença que a classe dos homens é mortal, mas sim que os homens individuais tem esta característica. No caso de (3), que é particular, o sujeito teria que denotar alguma subclasse da classe dos homens e então, ao problema anterior, se acrescentam outros dois. O primeiro é que esta subclasse só poderia ser delimitada pela própria aplicação do predicado, dizendo ser

a subclasse dos homens que são sábios. O segundo é que, ao assumir que (3) é uma predicação sobre a subclasse dos homens, sua negação teria que dizer que aquela subclasse não tem a propriedade em questão. E daí a negação de (3) teria que ser “algum homem não é sábio”, e não “nenhum homem é sábio”.

Em Lewis e em Tugendhat e Wolf, temos formas diferentes de desenvolver ideias que tem sua origem na teoria das descrições de Russell. Diz Russell que na linguagem comum temos expressões que são denotativas em virtude unicamente de sua forma, como “um homem”, “algum homem”, “qualquer homem”, “cada homem”, “todos os homens”, “o atual rei da França”, etc., (1905, p. 3 [41]).⁵ Contudo, embora estas sejam expressões gramaticalmente corretas, é um erro se guiar pela gramática, i. e., pela forma, e tomá-las como denotando realmente algum objeto. Uma análise correta destas expressões as mostra como “não tendo significado em si mesmas, mas que toda proposição em cuja expressão verbal elas ocorram tem um significado” (1905, p. 4 [42]). A teoria de Russell dá especial atenção para descrições definidas, mas sua tese é mais geral, se aplicando todas as expressões denotativas.

Sentenças como (2) e (3) pareceriam predicar a mortalidade de todo homem e de algum homem, respectivamente. Mas, diz Russell, sua análise correta é:

(2*) “Se x é humano então x é sábio” é sempre verdadeiro.

(3*) “ x é humano e x é sábio” não é sempre falso.

Nesta linha, uma sentença com uma descrição indefinida (5) seria interpretada como (5*):

(5) um rei da França é calvo.

(5*) “ x é rei da França e x é calvo” não é sempre falso.

Isto é:

(5**) existe um x tal que x é rei da França e é Calvo.

Dando um passo adiante, então, é natural analisar (6) como (6*) ou, na forma contemporânea, (6**):

(6) o atual rei da França é calvo

(6*) Não é sempre falso para x , que “ x é rei da França e que x é calvo e que ‘se y é rei da França, y é idêntico a x ’ é sempre verdadeira para y ”

(6**) existe um único x tal que x é rei da França e é Calvo

⁵ No caso de obras que tenham tradução para o português, usarei a convenção de acrescentar entre colchetes o número da página da edição inglesa onde se encontra a passagem citada.

Vista deste modo, a teoria das descrições de Russell é uma consequência de sua interpretação dos quantificadores, que analisa frases quantificacionais como símbolos incompletos.

A doutrina recebida é basicamente a lição que Russell tirou a partir de sua teoria das descrições e sua nova interpretação dos quantificadores. Uma expressão clara disto se encontra no capítulo sobre descrições definidas de *Introdução à Filosofia Matemática*:

Erroneamente conduzidos pela gramática, a grande maioria dos lógicos que lidaram com esta questão cuidou dela seguindo linhas erradas. Consideraram a forma gramatical um guia mais seguro na análise do que de fato é. E não souberam quais diferenças na forma gramatical são importantes. “Encontrei-me com Jones” e “encontrei-me com um homem” seriam tradicionalmente consideradas proposições da mesma forma, mas, na realidade, são de formas muito diferentes: a primeira nomeia uma pessoa real, Jones, a segunda envolve uma função proposicional, tornando-se, quando tornada explícita: “A função “encontrei-me com x e x é humano” é algumas vezes verdadeira”. (1919, p. 161 [168])

A isto foi-se acrescentando com o tempo, por um lado, a ideia de uma gramática tradicional que definiria suas categorias em termos de substituíbilidade *salva congruitate* e segundo a qual expressões quantificacionais e nomes seriam substituíveis em todos os contextos, pertencendo à mesma categoria gramatical.⁶ Por outro lado, adicionou-se a ideia de uma lógica tradicional – uma “idade das trevas” da lógica – que, confundindo sistematicamente forma lógica e forma gramatical, analisava proposições quantificadas como tendo por sujeito expressões da forma “todo S”, “algum S” e “nenhum S”. Em Russell, ainda que os lógicos sejam de fato ser alvejados por este tipo de crítica, o alvo principal é a metafísica tradicional, que estaria “repleta de erros devido à má gramática” (1918, p. 126 [269]).

2. Qual gramática tradicional? Qual lógica tradicional?

Como argumenta Oliver (1999), a doutrina recebida está errada tanto no que diz respeito a sua parte gramatical, quando na parte referente à lógica tradicional. No aspecto gramatical, um erro diz respeito à intersubstituíbilidade *salva congruitate* entre nomes e expressões quantificacionais. Na língua inglesa temos ao menos sete contextos nos quais ela falha e em três deles, falha até mesmo a intersubstituíbilidade entre diferentes frases

⁶ Neste contexto, Oliver (1999) acusa, como incluindo na doutrina a ideia de intersubstituíbilidade *salva congruitate*. Dummett, Lewis, Quine, Geach, Thomason e Sainsbury.

quantificacionais (p. 253-254) Também é incorreto atribuir o critério de intersubstituibilidade à gramática tradicional, já que a origem desta ideia parece ser a noção de categoria semântica de Husserl, e ela é considerada e discutida não por gramáticos do século XIX, mas por lógicos e filósofos do século XX como Quine e Tarski (p. 255). As gramáticas, até o início do século XX, eram dominadas por caracterizações semânticas de categorias gramaticais, como, por exemplo, aquela que diz que “um nome é uma palavra usada para nomear alguma pessoa ou coisa” (ibidem).

Mais do que os aspectos gramaticais, nos interessam aqui os aspectos lógicos. A doutrina recebida é passada de geração em geração ao longo da Filosofia Analítica, deixando ecos até o século XXI, onde ainda lemos, por exemplo, que “um aspecto crucial da revolução que afetou a lógica no princípio do século XX diz respeito ao rompimento de sua dependência tradicional da forma e estrutura da linguagem natural” (LENCI e SANDU, 2009, p. 775).⁷ Contudo, apesar de ser descrita como um momento marcante da história da lógica, não encontramos menção a esta separação entre forma lógica e gramática nos livros de história da lógica, nem em obras clássicas como Bochenski (1961) ou Kneale e Kneale (1962), nem nas mais recentes como Haaparanta (2009) e Malpass e Marfori (2013).⁸ E nas denúncias feitas contra a confusão entre sujeito lógico e gramatical, é raro encontrar referências concretas sobre qual seria esta lógica tradicional e quais lógicos seriam responsáveis pelo crime.

Um dos únicos acusados nomeados neste contexto costuma ser Meinong. Mas aqui temos dois problemas, como salienta Oliver (1999, p. 263). Em primeiro lugar, é questionável que Meinong tenha defendido as teses atribuídas a ele por Russell. E, também, dificilmente poderíamos colocá-lo como um autor representativo da tradição lógica, já que esta não era uma área de grande interesse para ele, que se situava, na verdade, na tradição fenomenológica de Brentano. Os problemas tratados por Meinong e que deram origem à sua teoria dos objetos diziam respeito à intencionalidade da consciência, e não a questões lógicas.

Além de Meinong, o único outro nome associado à doutrina recebida é J. N. Keynes, um dos últimos grandes defensores da lógica aristotélica na Grã-Bretanha. A doutrina da distribuição exposta por ele em *Studies and exercises of formal logic* é o alvo da crítica de Geach em *Reference and Generality* (1962), que vê nela exatamente o tipo de confusão entre sujeito lógico e gramatical descrita na doutrina recebida:

⁷ A crucial aspect of the revolution that affected logic at the beginning of the twentieth century concerns the severance of its traditional dependence on the form and structure of natural language.

⁸ O artigo onde se encontra a citação acima é um capítulo de Haaparanta (2009), mas o tema desenvolvido nele é da relação entre lógica e gramática gerativa, e não da separação entre lógica e gramática no século XIX ou início do século XX.

Com efeito, a doutrina da distribuição recebe toda sua plausibilidade da assimilação de nomes e frases nominais, em geral, a nomes próprios no que diz respeito à sua maneira de significação. “Churchill” está por Churchill; assim, “homem” está por homem, por qualquer homem; e “todo homem” está por todo homem; e “algum homem” está por algum homem”. (p. 29)⁹

E a argumentação de Geach segue no mesmo espírito da doutrina recebida, apontando o erro de tentar interpretar expressões como “algum homem” ou “ninguém” como expressões denotativas.

A obra de Keynes possui quatro edições. Na primeira (1884), encontramos aparentemente tomando o sujeito de sentenças quantificadas como sendo a frase quantificacional inteira. Por exemplo, “§36 - Análise lógica da proposição categórica” começa dizendo que proposições categóricas sempre consistem em três partes: dois termos unidos pela cópula, (1884, p. 37) e pouco depois temos duas aplicações da análise onde o sujeito inclui o signo de quantidade. O primeiro caso envolve a sentença (7), analisada como tendo “todos os amantes da virtude” como sujeito (p. 37):

(7) todos os amantes da virtude são amantes da pesca.

O segundo, é a sentença (8), analisada como tendo por sujeito “algumas coisas que brilham” (p. 40):

(8) algumas coisas que brilham não são ouro.

Contudo, quando consideramos o quadrado de oposição, percebe-se que é um erro concluir disto que Keynes toma a frase quantificacional inteira como o sujeito lógico.

A oposição é definida como dizendo respeito a quando duas proposições tem o mesmo sujeito e predicado, mas diferem em quantidade e qualidade ou ambos, como ensinam os manuais de lógica, inclusive o de Keynes (1884, Part II, Cap. II). E a relação de contraditoriedade vale entre universal afirmativa e particular negativa, e entre universal negativa e particular afirmativa. Caso o sujeito fosse entendido como a frase quantificacional inteira, a definição de oposição não teria sentido, já que proposições com quantidades diferentes não teriam o mesmo sujeito. Além disso, da mesma forma que a contraditória de (1) é (9), a de (3) teria que ser (10), que nega que o objeto denotado por “algum homem” tenha a propriedade de ser sábio:

(1) Sócrates é sábio

(9) Sócrates não é sábio

⁹ Indeed, the doctrine of distribution gets all its plausibility from assimilating nouns and noun-phrases generally to proper names as regards their manner of signification. "Churchill" stands for Churchill; so "man" stands for man-for any man; and "every man" stands for every man; and "some man" just stands for some man.

(3) Algum homem é sábio

(10) Algum homem não é sábio

A contraditória da particular afirmativa teria que ser a particular negativa. Ora, nem Keynes, nem qualquer outro lógico tradicional, comete estes erros primários.

A única coisa que podemos concluir é que Keynes, e outros lógicos da época, não tratavam a análise da proposição com o devido rigor. E, de fato, nas edições posteriores, os deslizes quanto à análise da proposição são reconhecidos e corrigidos. Já na segunda edição, o signo de quantidade é distinguido explicitamente como um quarto elemento da proposição, com sujeito, cópula e predicado (1887, p. 54). E a partir da terceira edição a análise de (7) é corrigida, tomando como sujeito apenas a expressão “amantes da virtude” (1894, p. 61; 1906, p. 93). Além disto, acrescenta-se em ambas as edições uma nota dizendo o seguinte:

A análise lógica de uma proposição deve ser distinguida de sua análise gramatical. Gramaticalmente, somente dois elementos são reconhecidos, a saber, o sujeito e o predicado. Logicamente, analisamos, além disso, o sujeito gramatical em quantidade e sujeito lógico, e o predicado gramatical em cópula e predicado lógico. (1894, p. 60, n.1; 1906, p. 92, n. 1)¹⁰

Independente de outros problemas com a doutrina da distribuição, a acusação levantada por Geach de que ela trata “algum homem” como um sujeito lógico não se sustenta.

É interessante notar o desleixo com que o próprio Geach trata a identificação do sujeito lógico na sua exposição da doutrina da distribuição. Ele explica, corretamente, que Keynes defendia que o termo “homem”, sem o signo de quantidade, é distribuído em “todo homem é P” e não distribuído em “algum homem é P”. Mas no parágrafo seguinte, ele atribui à doutrina da distribuição a tese de que “todo homem” e “algum homem”, desta vez, com o signo de quantidade, estão por todo e algum homem, respectivamente. Algumas linhas depois ele volta a excluir do sujeito o signo de quantidade, dizendo que um termo distribuído se refere ao que quer que denote e que, assim, “homem” é distribuído em “todo homem é P”. E, novamente, algumas linhas adiante, o signo de quantidade volta ser parte do sujeito quando Geach questiona como poderíamos dizer que “algum homem” se refere a algum homem. Tudo isto no espaço de duas páginas (1962, p. 29-30). E não é o caso que ele esteja apenas colocando a situação nos termos postos por Keynes e pela tradição lógica. A tradição não

¹⁰ The logical analysis of a proposition must be distinguished from its grammatical analysis. Grammatically only two elements are recognised, namely, the subject and the predicate. Logically we further analyse the grammatical subject into quantity and logical subject, and the grammatical predicate into copula and logical predicate.

confundia termo sujeito com frase quantificacional, e não assimilava frases quantificacionais a nomes próprios. O resultado é que podemos nos perguntar se alguém alguma vez sustentou a doutrina da distribuição criticada por Geach.¹¹

Contudo, existiu realmente um lógico que assumiu explicitamente a gramática como guia e tomou frases quantificacionais como sujeitos lógicos, sendo levado a afirmar coisas como que “em algum sentido, nada é algo”. Trata-se de Russell no *Principles of Mathematics* (1903), apenas dois anos antes da teoria das descrições definidas, que defende que “de modo geral, a gramática me parece nos trazer muito mais próximos de uma lógica correta do que a opinião corrente dos filósofos; e, no que se segue, embora não sendo nosso mestre, a gramática será então tomada como nossa guia” (§46, p. 43).¹² E, guiado pela gramática, as frases quantificacionais são interpretadas como expressões denotativas: “É claro, de início, que uma frase contendo uma das expressões acima [todo, cada, qualquer, um, algum, e o] sempre denota” (§58, p. 57).¹³ Como resultado, Russell acaba defendendo o mesmo tipo de argumento atribuído a Meinong: números, os deuses homéricos, relações, quimeras e espaços quadridimensionais, tudo tem ser, pois se não fossem entidades de algum tipo, não poderíamos fazer proposições acerca deles (1903, §427, p. 455).¹⁴ É difícil evitar a conclusão de Oliver (1999, p. 263) de que a única explicação para Russell não ter mencionado suas próprias concepções de 1903 junto das de Meinong é a amnésia.

3. Uma confusão real

Ainda que a versão da lógica tradicional pintada na doutrina recebida seja fantasiosa, havia de fato uma relação muito próxima entre lógica e gramática, a ponto de haver um esforço para distinguir os dois tipos de análise. Isto é testemunhado tanto do lado dos lógicos, como no alerta de Keynes citado acima (p. 9 deste artigo) e também por gramáticos como

¹¹ Este aspecto já foi notado na época da publicação do livro. Assim, em sua resenha da primeira edição de *Reference and Generality*, Smiley afirma: Geach also deals at length with a debased form of the theory of suppositio, the doctrine of distribution, and he makes its errors abundantly clear. Whether anyone ever held the doctrine is less clear: Geach leaves nameless the “fools” originally responsible for it, and concentrates his attack on Keynes’ Formal Logic, though my own opinion is that Keynes was concerned with distribution purely as a technical term in formal syllogistic technique, and that Geach’s attributions of the ‘doctrine’ are as unfounded as his attributions of motive (p. 19) (1963, p. 6). Nota-se que ali é dado o número errado da página onde se encontra a atribuição de motivação de Geach. Na verdade, trata-se da página 29, e não da 19.

¹² On the whole, grammar seems to me to bring us much nearer to a correct logic than the current opinions of philosophers; and in what follows, grammar, though not our master, will yet be taken as our guide.

¹³ It is plain, to begin with, that a phrase containing one of the above six [*all, every, any, a, some and the*] always denote.

¹⁴ Numbers, the Homeric gods, relations, chimeras and four-dimensional spaces all have being, for if they were not entities of a kind, we could make no propositions about them.

Henry Sweet¹⁵. Na definição de Sweet, uma categoria gramatical é constituída por “um grupo de formas gramaticais expressando o mesmo significado – tendo a mesma função” (1898, p. 10). É esta noção que está por trás das definições dadas pela gramática tradicional, por exemplo, a de que um nome é uma expressão usada para nomear algo, que adjetivos expressam qualidades das coisas, etc. Desta definição de categoria gramatical, já se pode vislumbrar a conexão entre lógica e gramática:

Toda categoria gramatical é a expressão de alguma ideia geral – alguma **categoria lógica**. Assim, a categoria gramatical ‘plural’ expressa ‘mais-que-um’ e, portanto, cai sob as categorias lógicas mais amplas de ‘numero’ e ‘quantidade’; e a categoria gramatical ‘tempo verbal’ corresponde à categoria lógica ‘tempo’. (SWEET, 1898, p. 10)¹⁶

Contudo, alerta Sweet, a linguagem real é sempre um instrumento imperfeito do pensamento e, por isto, as categorias lógicas e gramaticais nem sempre correspondem de maneira exata. (p. 11 e p. 40ss). Daí a necessidade de distingui-las claramente, isto é, de distinguir entre *o que* nós dizemos e *como* dizemos.

O claro ponto de contato entre lógica e gramática era a distinção sujeito-predicado. Eram comuns na lógica tradicional caracterizações dela em termos de algo que é dito acerca de algo, numa estratégia que remontava a Platão e Aristóteles. Assim, Keynes define um termo como um nome tomado como sujeito ou predicado de uma proposição, e nos diz que “o sujeito é aquele termo sobre o qual é feita a afirmação ou negação. O predicado é aquele termo que é afirmado ou negado do sujeito” (1906, p. 92; 1894, p. 60).¹⁷ Em Mill, lemos que: “o predicado é o nome denotando aquilo que é afirmado ou negado. O sujeito é o nome denotando a pessoa ou coisa da qual algo é afirmado ou negado” (1843, p. 25)¹⁸. Uma definição semelhante se encontra em Sigwart, que diz que no juízo sempre estão presentes “as ideias sujeito e predicado, que podem de início ser distinguidas apenas superficialmente, dizendo que o sujeito é aquilo do qual algo é declarado, o predicado é aquilo que é

¹⁵ Henry Sweet (1845-1912) foi um influente linguista britânico, que esteve envolvido estritamente no surgimento do *Oxford English Dictionary*. Sobre isto, veja o verbete da wikipedia em língua inglesa HENRY SWEET.

¹⁶ Every grammatical category is the expression. of some general idea – some **logical category**. Thus the grammatical category ‘plural’ expresses ‘more-than-oneness’, and therefore falls under the wider logical categories of ‘number’ and ‘quantity’; and the grammatical category ‘tense’ corresponds to the logical category ‘time’.

¹⁷ The subject is that term about which affirmation or denial is made. The predicate is that term which is affirmed or denied of the subject.

¹⁸ The predicate is the name denoting that which is affirmed or denied. The subject is the name denoting the person or thing which something is affirmed or denied of

declarado.” (1895 [1873], p. 25)¹⁹. Lotze, em sua lógica, fornece uma definição ligeiramente distinta, mas equivalente, onde o sujeito lógico corresponde ao sujeito gramatical:

No juízo acima [O ouro é amarelo], o sujeito na sentença, isto é, o sujeito gramatical, é a palavra ouro, o sujeito no juízo, o sujeito lógico, não é a ideia de ouro, mas o ouro; pois é somente a isto que pertence o amarelo como aquilo que é predicado dele, e predicado em um sentido definido indicado pela cópula. (1884 [1874])²⁰

É interessante comparar estas caracterizações com as que encontramos nas gramáticas. Em Sweet temos algo muito similar a Sigwart, mas mencionando as contrapartes linguísticas de sujeito e predicado:

Todos os pensamentos requerem ao menos duas ideias: (a) aquilo sobre o qual pensamos, chamado de sujeito – neste caso, ‘a terra’, e (b) o que pensamos a respeito dele, chamado de predicado, a saber, que ela é ‘redonda’, ou que tem o atributo de ‘ser redondo’. Daí, em uma sentença como a terra é redonda, podemos chamar terra de palavra-sujeito, redondo de palavra-predicado. (1898, p.16-17)²¹

E em uma influente gramática da época, temos a seguinte definição: O sujeito de uma sentença é a palavra, ou palavras, denotando aquilo sobre o qual se fala. O predicado é a palavra ou palavras através das quais dizemos algo sobre a coisa denotada pelo sujeito. (NESFIELD, 1898, p. 2)^{22 23}. E, seguindo a preocupação de não confundir categorias lógicas e gramaticais, esta definição é acompanhada por uma nota que diz “Na gramática, o sujeito não é “aquilo sobre o qual falamos”, mas sim é “a palavra ou palavras denotando aquilo sobre o qual falamos”. A gramática lida exclusivamente com palavras, e este fato tem que ser reconhecido em todas as definições”.²⁴

Ainda que exista um esforço em distinguir os casos, aqui efetivamente temos os uma situação confusa. Quando entendemos a distinção lógica sujeito-predicado linguisticamente,

¹⁹ (...) the Subject and Predicate ideas, which can at first be only superficially distinguished by saying that the Subject is that of which something is stated, the Predicate that which is stated

²⁰ In the judgment above [Gold is yellow] the subject in the sentence, that is, the grammatical subject, is the word gold, the subject in the judgment, the logical subject, is, not the idea of gold, but gold; for it is to this only that yellow belongs as that which is predicated of it, and predicated in a definite sense indicated by the copula.

²¹ All thoughts require at least two ideas: (a) what we think of, called the subject—in this case ‘the earth’, and (b) what we think concerning it, called the predicate, namely that it is ‘round,’ or has the attribute of ‘roundness.’ Hence in such a sentence as the earth is round, we call earth a subject-word, round a predicate-word

²² The Subject of a sentence is a word or words denoting what we speak about. The Predicate is a word or words by which we say something about the thing denoted by the Subject.

²³ Sobre a popularidade e influência de gramática de Nesfield, veja o verbete da wikipedia de língua inglesa JOHN NESFIELD.

²⁴ In grammar the Subject is not “what we speak about,” but “the word or words denoting what we speak about.” Grammar deals exclusively with words, and this fact has to be recognised in all the definitions”.

como fazem Mill e Keynes, o resultado é muito próximo da distinção gramatical, a diferença restringia-se apenas na maneira como era aplicada ao predicado. Como a lógica, as gramáticas também identificavam o sujeito com um nome. Contudo, o predicado teria, no seu núcleo, o verbo, enquanto a lógica distinguia entre o predicado, um nome, e a cópula, o verbo “ser”. Já no caso de Sigwart e Lotze, no lugar de coincidência, temos um paralelismo: o sujeito lógico é o objeto (Lotze) ou ideia (Sigwart, Sweet) correspondente ao sujeito gramatical; o predicado lógico é o atributo ou ideia correspondente ao predicado gramatical (com seus complementos). O problema aqui é a divisão gramatical acabar determinando a divisão lógica, de modo que a gramática acabe contaminando a lógica. É o ocorria quando a identificação do sujeito lógico era feita como base na identificação do sujeito gramatical, e se defendia, conseqüentemente, que cada sentença tinha um único sujeito lógico. E a situação ficava ainda mais confusa ao não se distinguir nitidamente entre uso e menção. O caso é que ambos os lados tinham dificuldades em demarcar e separar as distinções lógicas das gramaticais. E ainda que se insistisse que categorias gramaticais pertencem ao nível propriamente linguístico, enquanto as categorias lógicas pertencem ao nível lógico (psicológico) ou metafísico, o risco de contaminação é evidente, em especial, de tomarmos como lógicos aspectos que são puramente gramaticais.

Comparando Keynes com o que diz Mason em sua gramática, surge algo mais curioso, que reflete bem esta dificuldade de demarcação: o lógico e o gramático trocam acusações, um acusa o outro de incluir no sujeito mais do que seria o caso. Como vimos anteriormente, Keynes diz que, onde a gramática reconhece apenas sujeito e predicado, a lógica distingue quantidade, sujeito lógico, cópula e predicado. E Mason, por sua vez, diz o seguinte:

Na lógica, o sujeito de uma proposição é a descrição inteira daquilo do qual se fala; o predicado é tudo o que é empregado para representar a ideia que está conectada com o sujeito. Assim, em ‘o pai deste garoto deu-lhe um livro’, o sujeito é ‘o pai deste garoto’; o predicado é ‘deu-lhe um livro’. Porém, na gramática, o nome singular pai é chamado de sujeito, e deu é o predicado, as palavras conectadas com pai e deu sendo tratadas como complementos ou adjuntos de sujeito e predicado (MASON, 1874, p. 115; reproduzimos aqui o uso de aspas do autor)²⁵

Oliver (1999) cita estas duas passagens para ilustrar a complexidade das relações entre lógica e gramática tradicional e para mostrar o erro da doutrina recebida, que atribuía tanto à

²⁵ In Logic, the subject of a proposition is the entire description of that which is spoken of: the predicate is all that is employed to represent the idea which is connected with the subject. Thus, in ‘This boy’s father gave him a book,’ the subject is ‘this boy’s father;’ the predicate is ‘gave him a book.’ But in grammar, the single noun father is called the subject, and gave the predicate, the words connected with father and gave being treated as enlargements or adjuncts of the subject and predicate.

lógica quanto à gramática concepções que nenhuma das duas defendiam. Mas o que elas revelam também é a dificuldade em distinguir claramente entre duas concepções de sujeito-predicado, a lógica e a gramatical, e as dificuldades e mal-entendidos que surgem da confusão, desta vez real, entre lógica e gramática.

4. A lição de Frege

Realmente havia uma confusão entre forma lógica e estrutura gramatical na lógica tradicional, ainda que muito diferente daquela suposta na doutrina recebida. E realmente há uma ideia correta por trás daquela doutrina, que pode ser formulada, de maneira vaga, dizendo que a confiança ingênua na linguagem nos leva a erros e paradoxos acerca do pensamento e da linguagem (retiramos esta formulação de SIMPSON, 1975, p. 2ss). A doutrina recebida é uma forma de desenvolver esta ideia tomando como exemplo paradigmático uma versão fantasiosa da confusão entre lógica e gramática. O caráter enganoso da linguagem, então, é entendido como significando que a gramática da linguagem comum nos engana a respeito da forma lógica. E com esta ideia também temos a indicação do antídoto. A verdadeira forma lógica das proposições é revelada quando elas são analisadas à luz da linguagem formal do cálculo de predicados, que assume o caráter de uma linguagem logicamente perfeita onde forma gramatical e forma lógica coincidem. Podemos chamar esta maneira de entender as coisas de a lição de Russell. Contudo, há outra forma de entender a distinção entre lógica e gramática e o caráter enganador da linguagem que pode ser encontrada retrocedendo um pouco mais na tradição da Filosofia Analítica.

No prefácio da *Conceitografia*, Frege alerta para uma das utilidades filosóficas de sua escrita conceitual e, junto com isto, expressa uma concepção acerca da relação entre linguagem, por um lado, e lógica e filosofia, por outro. Ele diz:

Se uma das tarefas da filosofia for romper o domínio da palavra sobre o espírito humano, desvendando os enganos que surgem, quase que inevitavelmente, em decorrência de utilizar a linguagem corrente para expressar as relações entre os conceitos, ao liberar o pensamento dos acréscimos indesejáveis a ele associados pela natureza dos meios linguísticos de expressão, então minha conceitografia, desenvolvida sobretudo para esses propósitos, poderá ser um valioso instrumento para os filósofos. Por certo, ela também não reproduz as ideias de forma pura, já que isto não é possível quando as ideias são representadas por um meio [de expressão] exterior [à inteligência]. O que é possível, por um lado, é confinar tais discrepâncias [conceitográficas] ao inevitável e ao inofensivo e, por outro, por estas diferirem daquelas [discrepâncias] que são próprias da linguagem corrente,

elas nos protegem da influência unilateral de um meio particular de expressão (1879, p. 19).

Superficialmente, que temos algo próximo do que diz Russell: a linguagem comum é enganosa, e uma linguagem formal seria o importante instrumento para nos libertar destes enganos. Porém, Frege nos leva para uma direção muito diferente da lição russelliana. Para ele, o problema não é especificamente com a gramática tradicional ou com a linguagem comum. Antes, a linguagem é inevitavelmente enganosa por ser um meio de expressão externo ao pensamento, isto é, um sistema de signos escritos ou falados usados por nós para a expressão de pensamentos. Como tal, ela possui características que derivam exclusivamente de seu caráter de meio de expressão e que acabam confundidas com características do pensamento ele mesmo. Isto é, a linguagem – toda e qualquer linguagem – nos leva a erros devido à sua própria natureza como meio de expressão. E como a escrita conceitual é uma linguagem, ela também é enganadora – “não reproduz as ideias de forma pura” –, ainda que de forma menos danosa que a linguagem comum. Podemos esclarecer melhor estes aspectos examinando a rejeição fregeana da distinção sujeito-predicado, uma distinção que resultaria do fato da lógica “ter seguido, até aqui, muito proximamente a linguagem e a gramática” (ibidem).

O argumento contra a distinção sujeito-predicado, dado na §3 da *Conceitografia*, tenta mostrar que ela não passa de um acréscimo decorrente da linguagem, e pode ser resumido do seguinte modo. Frege parte da premissa de que só interessa para a lógica aquilo que pode influir nas possíveis consequências das proposições, tudo o mais é deixado de fora. Isto é capturado por sua noção de conteúdo conceitual: duas sentenças tem o mesmo conteúdo conceitual se tudo o que puder ser inferido validamente de uma, também pode ser inferido da outra, e vice-versa. Considera-se, agora, (11) e (12) abaixo:

(11) Em Plateia, os gregos derrotaram os persas.

(12) Em Plateia, os persas foram derrotados pelos gregos.

Elas têm o mesmo conteúdo conceitual. Contudo, segundo a análise sujeito-predicado que vimos na seção anterior, o sujeito de (11) seria os gregos, já que é sobre eles que a sentença diz algo, e o sujeito de (12) seria os persas. Mas a razão para as analisarmos assim é apenas o ordenamento das palavras, que usualmente é sujeito-verbo-objeto. Como diz Frege, a posição de sujeito nesta ordem de palavras marca o lugar daquilo sobre o qual se deseja chamar atenção (aquilo sobre o qual fala a proposição), e isto cumpre um papel na comunicação. Porém, (11) poderia ser usada para falar sobre os persas, afinal, a sentença

também diz algo sobre eles. Isto é mostrado pelo fato de exatamente o mesmo conteúdo poder ser expresso usando (12), que tem “os persas” na posição de sujeito. Não podemos tomar aspectos referentes à ordem das palavras ou à interação entre falante e ouvinte como dizendo respeito ao pensamento ele mesmo. Portanto, a distinção sujeito-predicado seria logicamente irrelevante.

Sluga defende que o ponto de Frege é que a distinção sujeito-predicado é baseada nas atitudes e expectativas subjetivas dos falantes, e por isso não diria respeito ao conteúdo objetivo da sentença (1980, p. 84). Isto parece ser corroborado pelo que diz Frege ao final de sua argumentação:

Deste modo, todos os fenômenos (*Erscheinungen*) da linguagem [corrente] que resultam apenas da interação do locutor como ouvinte (...) não têm qualquer correspondente em minha linguagem formular, já que nesta só se considera em um juízo o que influir em suas possíveis consequências (p. 24).

Contudo, a ênfase deve ir para a distinção entre os fenômenos da linguagem corrente, por um lado, e aquilo que pode influir nas possíveis consequências de um juízo, por outro. Mesmo fenômenos da linguagem que não decorram de fatores subjetivos, enquanto são apenas fenômenos da linguagem, também devem ser excluídos de consideração. Este é o ponto de Frege ao dizer que a distinção tradicional entre sujeito e predicado se deve à lógica “ter seguido muito de perto a linguagem corrente e a gramática” (p. 19): a lógica tradicional confundiu um fenômeno linguístico com um aspecto lógico, e atribuiu à estrutura do pensamento algo que diz respeito apenas à linguagem.

Há um aspecto adicional nesta discussão que merece destaque: a distinção sujeito-predicado também é exemplo de como escrita conceitual introduz distorções. Isto aparece ao final da §3, quando Frege nos diz:

Pode-se imaginar uma linguagem em que a proposição “Arquimedes morreu na conquista de Siracusa”, seria expressa do seguinte modo: “A morte violenta de Arquimedes na conquista de Siracusa é um fato”. Com efeito, aqui também se pode, caso assim se deseje, distinguir sujeito de predicado; mas aqui o sujeito encerra o conteúdo total e o predicado serve apenas para transformar este conteúdo num juízo. *Tal linguagem teria apenas um único predicado para todos os juízos, a saber, “é um fato”*. Assim sendo, vê-se que não se pode falar de um sentido corrente de sujeito e predicado. *Nossa conceitografia é uma linguagem deste tipo, onde o sinal |— é o predicado comum a todos os juízos.* (1879, §3)

Tanto quanto é claro nesta passagem que a conceitografia também distingue entre sujeito e predicado, também é claro que esta não é uma característica essencial do

pensamento, mas é algo específico da conceitografia: é um acréscimo trazido por esta linguagem.

Toda linguagem, por sua própria natureza de meio de expressão, introduz distorções e pode nos levar a enganos. Desta forma, não só a linguagem comum, mas a conceitografia “também não reproduz as ideias de forma pura, já que isto não é possível quando as ideias são representadas por um meio [de expressão] exterior [à inteligência]” (1879, p. 19). Ainda que não possamos eliminar completamente os acréscimos indesejáveis da linguagem, o uso de uma linguagem artificial traria duas vantagens. Por um lado, podemos reduzir os aspectos enganosos ao mínimo e ao inofensivo. Por outro, as diferenças entre a linguagem artificial e a linguagem corrente serviriam para nos proteger “da influência unilateral de um meio particular de expressão” (ibidem). A distinção sujeito-predicado exemplifica este aspecto com relação à conceitografia. Ela também introduz uma distorção na forma desta distinção. Contudo, isto pode ser visto como algo inofensivo, já que o conteúdo conceitual é isolado como sujeito das sentenças, ainda que possamos questionar se a nominalização do conteúdo da sentença seria de fato inofensiva. Ainda mais, como diz Frege, ali “não se pode falar de um sentido corrente de sujeito e predicado”. Assim, esta diferença entre a linguagem comum e a escrita conceitual nos protegeria da influência unilateral de um meio particular de expressão ao mostrar que a maneira como se distingue usualmente entre sujeito e predicado é determinada por aspectos estranhos ao pensamento. No lugar de distinguir sujeito-predicado da maneira usual, podemos perfeitamente bem fazer de outro modo, tendo “é um fato” como predicado de todas as sentenças.

Podemos agora extrair o que eu gostaria de chamar de a lição de Frege. A linguagem é um meio de expressão externo ao pensamento e, como tal, associa a ele características que decorrem unicamente da linguagem, e não dos pensamentos expressos por ela. Além disto, estas características puramente linguísticas se confundem com características do pensamento. Assim, a linguagem inevitavelmente nos induz a erros acerca da estrutura do pensamento e de relações entre conceitos. Um exemplo paradigmático disto é a distinção sujeito-predicado, onde aspectos que dizem respeito apenas ao uso e gramática da linguagem comum são confundidos com aspectos lógicos. Daí é uma tarefa filosófica central distinguir o que diz respeito aos meios de expressão e o que diz respeito ao próprio pensamento expresso por meio deles. Mas esta tarefa não se limita a uma crítica da linguagem comum. Já que toda linguagem é um meio de expressão exterior ao pensamento, não é possível expressar os pensamentos sem introduzir distorções. Portanto, as linguagens formais da lógica também que

não podem ser tomadas ingenuamente como um meio transparente de representação da forma lógica.

Na lição de Russell, ilustrada pela doutrina recebida, a linguagem comum e sua gramática escondem a verdadeira forma do pensamento, e por isto são enganosas. A linguagem do cálculo de predicados, por sua vez, representaria de forma transparente a forma lógica das proposições. Em outras palavras, em Russell e nos herdeiros da doutrina recebida, a crítica da linguagem se limita à linguagem natural. Frege nos fornece um entendimento muito mais profundo do caráter enganoso da linguagem. Sua crítica se fundamenta no fato da linguagem ser um meio de expressão externo ao pensamento que, como tal, possui uma série de aspectos que podem ser confundidos com características do próprio pensamento. Como as distorções são introduzidas pela própria natureza de nossos meios de expressão, as linguagens formais também introduzem distorções e não podem ser tomadas ingenuamente. Poderíamos dizer, parafraseando Frege, que também é uma tarefa filosófica importante realizar uma crítica das linguagens formais usadas na lógica, desvendando os enganos que surgem da utilização destas linguagens devido aos acréscimos indesejados introduzidos por elas.²⁶

Conclusão

A lógica tradicional não interpretava o sujeito de frases como “algum homem é sábio” e “ninguém é sábio” como sendo “algum homem” e “ninguém”, e também não consta na historiografia da lógica menção a um momento de ruptura entre lógica e gramática que teria marcado o surgimento da lógica contemporânea. Não é à toa que os propagadores da doutrina recebida preferem se expressar em termos genéricos, sem dar os nomes dos acusados: quando estes são nomeados, percebe-se que a evidência é, quando muito, circunstancial, como o caso contra Keynes. E o único que podemos afirmar, com certeza, que cometeu os erros acusados na doutrina foi o próprio Russell em sua teoria da denotação de 1903. O que é irônico, dado que a doutrina recebida tem suas origens na teoria das descrições definidas de Russell, onde ele corrige as doutrinas que havia sustentado apenas um par de anos antes. Contudo, há um fundo de verdade na doutrina recebida. Como vimos na terceira seção, realmente podemos falar de uma confusão entre noções lógicas e gramaticais de sujeito e predicado, e com ela

²⁶ Não há espaço para desenvolver aqui o tema das distorções introduzidas pelas linguagens formais da lógica. Contudo, os capítulos 15-17 de CHATEAUBRIAND, 2005 oferecem uma boa ideia do que seria uma crítica da linguagem aplicada a elas. Veja, por exemplo, sua análise da lógica proposicional e a distinção entre uma interpretação dos conectivos como conectivos proposicionais e como relações entre proposições no capítulo 16.

podemos falar, de fato, que uma confiança ingênua na linguagem nos leva a erros na reflexão lógico-filosófica acerca da estrutura do pensamento e da realidade. E quando seguimos esta linha e retrocedemos a Frege e sua rejeição da distinção sujeito-predicado, alcançamos outro entendimento do caráter enganador da linguagem.

A doutrina recebida é um exemplo paradigmático de uma forma de desenvolver a tese sobre o caráter enganador da linguagem, o que chamei de a lição de Russell. Esta lição é que a gramática da linguagem comum é enganosa, escondendo e distorcendo a verdadeira forma lógica das sentenças, que só é exibida claramente quando estas são analisadas tomando como base a linguagem do cálculo de predicados, que faria às vezes então de uma representação transparente da forma lógica. Em contraste com isto, podemos falar na lição de Frege. Esta toma uma forma mais abrangente e desenvolvida do que a de Russell. Frege nos alerta para que toda e qualquer linguagem, sendo um sistema de signos gráficos ou sonoros criados e usados por nós, introduz elementos estranhos ao pensamento que se confundem com características do próprio pensamento. Estes são os acréscimos indesejados associados ao pensamento pela natureza mesma de nossos meios de expressão dos quais fala Frege. O resultado é que, dado que as linguagens formais da lógica são também meios de expressão externos ao pensamento, elas também, inevitavelmente, associam ao pensamento elementos estranhos. Enquanto Russell culpa a má gramática, Frege, de forma mais radical, nos alerta que mesmo a gramática das linguagens formais não são inocentes.

Bibliografia

- BELL, D. *Frege's Theory of Judgement*. Oxford: Clarendon Press, 1979.
- BOCHENSKI, I. M. *A history of Formal Logic*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1961.
- CHATEAUBRIAND, O. *Logical Forms. Part II. Logic, Language and Knowledge*. Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência /UNICAMP. (Coleção CLE, 42), 2005.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
- DUMMETT, M. *Frege: Philosophy of Language*, London: Duckworth, 1973.
- FREGE, G. *Conceitografia: uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a aritmética*. Seropédica, RJ: PPGFIL-UFRRJ, 2018 [1879].

- GEACH, P. T. Quine's syntactical insights. Em *Logic Matters*, Oxford: Blackwell, 1981 [1968], pp. 115-127.
- GEACH, P. T. *Reference and Generality*, Ithaca: Cornell University Press, 1980 [1962].
- JOHN NESFIELD. Em *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. São Francisco, CA: *The Wikipedia Foundation*, 2023. Disponível em https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=John_Nesfield&oldid=1153915671. Acessado em 25 de janeiro de 2024.
- HENRY SWEET. Em *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. São Francisco, CA: *The Wikipedia Foundation*, 2023. Disponível em https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Henry_Sweet&oldid=1155699866. Acessado em 25 de janeiro de 2024.
- HYLTON, P. Frege and Russell. Em *Propositions, Functions and Analysis – Selected Essays on Russell's Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2005a, pp. 153-184.
- HYLTON, P. The theory of descriptions. Em *Propositions, Functions and Analysis – Selected Essays on Russell's Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2005b, pp. 185-215.
- KEYNES, J. N. *Studies and Exercises in Formal Logic*, 1st edition, London: Macmillan, 1884.
- KEYNES, J. N. *Studies and Exercises in Formal Logic*, 2nd edition, London: Macmillan, 1887.
- KEYNES, J. N. *Studies and Exercises in Formal Logic*, 3rd edition, London: Macmillan, 1894.
- KEYNES, J. N. *Studies and Exercises in Formal Logic*, 4th edition, London: Macmillan, 1928 [1906].
- KNEALE, W. e KNEALE, M. *The Development of Logic*. Oxford: Clarendon Press, 1971 [1962].
- LENCI, A. e SANDU, G. Logic and Linguistics in the Twentieth Century. Em Haaparanta, L., *The development of Logic*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 775 – 847.
- LEWIS, D. (1970) General Semantics, Em *Philosophical Papers* vol. I, Oxford: Oxford University Press, 1983, pp. 189–229.
- MALPASS, A. e MARFORI, M. A. (eds) *The History of Philosophical and Formal Logic From Aristotle to Tarski*. London: Bloomsbury Academic, 2017.
- MASON, C. P. *English Grammar, 19th edn*. London: Bell, 1874.
- NESFIELD, J. C. *Manual of English Grammar and Composition*. London: Macmillan, 1898.

- OLIVER, A. A Few More Remarks on Logical Form. *Proceedings of the Aristotelian Society (New Series)*, vol. 99 (1999), pp. 247–272.
- QUINE, W. V. *Methods of Logic*, New York: Holt, 1950.
- RUSSELL, B. *The Principles of Mathematics*, vol. I, Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1903].
- RUSSELL, B. ‘On Denoting’, Em *Logic and Knowledge*, ed. R. C. Marsh, London: Allen & Unwin, 1956 [1905], pp. 41–56.
- RUSSELL, B. Da denotação. Em *Ensaio escolhidos: seleção de textos de Hugh Matthew Lacey*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1905], pp. 3-14.
- RUSSELL, B. The philosophy of Logical Atomism. Em *Logic and Knowledge*, ed. R. C. Marsh, London: Allen & Unwin, 1956 [1918], pp. 175–282.
- RUSSELL, B. A filosofia do atomismo lógico. Em *Ensaio escolhidos: seleção de textos de Hugh Matthew Lacey*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1918], pp. 53-136.
- RUSSELL, B. *Introduction to Mathematical Philosophy*, London: Allen & Unwin, 1963 [1919].
- RUSSELL, B. *Introdução à Filosofia da matemática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974 [1919].
- SIMPSON, T. M. *Formas Lógicas, Realidad y Significado*. Buenos Aires: Eudeba, 1975.
- SMILEY, T. J. Review of *Reference and Generality: an examination of some medieval and modern theories*. *Philosophical Books*, 4: 6-7
- SWEET, H. *A New English Grammar: Logical and Historical*, vol. 1. Oxford: Clarendon press, 1891.
- THOMASON, R. Introduction. Em: R. Thomason (ed.) *Formal Philosophy: Selected Papers of Richard Montague*, New Haven: Yale University Press, 1974, pp. 1–69.
- TUGENDHAT, E. e WOLF, U. *Propedêutica Lógico-Semântica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996 [1983].